



Número: **0003237-20.2021.2.00.0814**

Classe: **CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **23/08/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Corregedoria Geral de Justiça do Pará - TJPA (CORRIGENTE)			
Benevides - Vara Criminal - TJPá (CORRIGIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80380 1	22/09/2021 15:07	<a href="#">Relatório final da Correição Geral Ordinária</a>	Documento de Comprovação



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO FINAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

UNIDADE JUDICIAL	VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BENEVIDES
MODALIDADE	PRESENCIAL
EDITAL	N. 17/2021 – CGJ – publicado no DJE de 09/08/2021
PERÍODO DA CORREIÇÃO	25 a 27/08/2021



**1. INFORMAÇÕES GERAIS.**

**1.1. Juiz de Direito/Período de exercício/O magistrado titular/no exercício faz parte do grupo de risco?**

EDILENE DE JESUS BARROS SOARES / 1 ANO E 7 MESES / TITULAR / NÃO

**Observação CGJ:** A magistrada Edilene de Jesus Barros Soares é a titular da Unidade desde o dia 07/01/2020.

**1.2. Competência.**

CRIMINAL

**Observação CGJ:** Competência estabelecida pela Resolução n. 26/2014.

**1.3. Endereço/telefone/email.**

RUA JOÃO FANJAS, S/Nº/ 3724-7721/ [1crimbenevides@tjpa.jus.br](mailto:1crimbenevides@tjpa.jus.br)

**Observação CGJ:** Constatou-se que o telefone fixo da Unidade não estava funcionando quando

1





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

do início dos trabalhos de Correição, tendo sido providenciado o conserto após solicitação verbal realizada pela Juíza Corregedora ao servidor Antônio Alcione de Almeida, Secretário da Direção do Fórum. Verificou-se, ainda, que os telefones fixos da Secretaria e do Gabinete não estavam disponibilizados na lista telefônica do TJPA, pelo que, a Juíza Corregedora determinou que a Secretária da Correição realizasse contato com o servidor Antônio Carlos Apinagés da Silva, Chefe do CAP, que editora a referida lista e informasse os números para inclusão e disponibilização aos jurisdicionados e advogados, o que foi devidamente cumprido.

**Antes:**

<b>BENEVIDES</b>	<b>FÓRUM DES. EDGAR AUGUSTO VIANNA</b> RUA JOÃO FANJAS, S/N BAIRRO CENTRO CEP 68.795-000 DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO - DISTRIBUICAOBENEVIDES@TJPA.JUS.BR	(91)3724-7700, 3724-7709 PABX (91)3724-4850 / 3724-1477- DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO 3724-4829 – PABX/FAX 3724 – 7723 – SEC. DA 1ª CÍVEL 3724-4842 – SEC. FÓRUM 3724-2980- SALA DA OAB
------------------	---	---

**Depois:**

<b>BENEVIDES</b>	<b>FÓRUM DES. EDGAR AUGUSTO VIANNA</b> RUA JOÃO FANJAS, S/N BAIRRO CENTRO CEP 68.795-000 DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO - DISTRIBUICAOBENEVIDES@TJPA.JUS.BR	(91)3724-7700, 3724-7709 PABX (91)3724-4850 / 3724-1477- DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO 3724-4829 – PABX/FAX 3724 – 7723 – SEC. DA 1ª CÍVEL 3724-7706 – GAB. 2ª CÍVEL 3724-7728 – SEC. 2ª CÍVEL 3724-7710 – GAB. CRIMINAL 3724-7721 – SEC. CRIMINAL 3724-4842 – SEC. FÓRUM 3724-2980- SALA DA OAB
------------------	---	---

**1.4. Data da última correição ordinária anual realizada pelo Magistrado (a).** (artigos 101, I e 164, I do Código Judiciário do Estado do Pará c/c artigo 11 do Provimento n. 004/2001-CGJ e Instrução n. 004/2008-CJCI)

24-28 de maio de 2021

**Observação CGJ:** A última correição realizada pela magistrada foi encaminhada à CGJ através do processo PJEOR n. 0002478-56.2021.2.00.0814.

**1.5. Qual a data da implantação do sistema PJE? O sistema Pje funciona a contento? Na unidade há tramitação conjunta de processos em meio físico e processos eletrônicos?**

OUTUBRO/2020- NÃO/ SIM

**Observação CGJ:** O Painel de Gestão aponta a existência de **3.895** processos ativos na Unidade, sendo que **3.356** tramitam em meio físico através do sistema Libra e **539** tramitam eletronicamente no sistema PJE.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## 2. CORPO FUNCIONAL

### 2.1. SERVIDORES

#### 2.1.1 Servidores do gabinete

SERVIDORES DO GABINETE			
	Servidores	Cargo	Função
01.	Edinho Gomes Santos	Assessor	
02.	Yngrid Barros Cavalcante Yassumoto	Analista Judiciário	

#### 2.1.2. Servidores da Secretaria

SERVIDORES DA SECRETARIA			
	Servidores	Cargo efetivo	Função
01.	Marta Maciel Pimentel	Auxiliar Judiciário	Diretora de Secretaria
02.	Cezar Lobato Salgueiro	Analista Judiciário	
03.	Aline Silveira Rodrigues	Analista Judiciário	
04.	Anderson Jorge Santos Ferreira	Auxiliar Judiciário	
05.	Carlos Michielon Mendes Damasceno	Auxiliar Judiciário	

#### 2.1.3. Estagiários

Estagiários	Início do Estágio
Não há estagiários	

**Observação CGJ.** Constatou-se que através do sigadoc PAMEM 2019/31027 foi solicitada a lotação de 01 (um) estagiário para a Vara Criminal de Benevides, contudo, mesmo com manifestação do Serviço de Acompanhamento de Estágios do TJPA pelo deferimento do pedido em 06/09/2019, não houve a convocação de estagiário até a presente data.

#### 2.1.4. Cedidos

Servidores Cedidos	Órgão
Claudio Roberto Amaral	Prefeitura Municipal de Benevides
Cassio Pinto de Lima	Prefeitura Municipal de Benevides
Pablo Felipe Alcântara Seabra	Prefeitura Municipal de Benevides (exerce suas funções no Gabinete do Juízo)

**Observação CGJ.** Os servidores Cássio Pinto de Lima e Pablo Felipe Alcântara Seabra não





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

aparecem nos registros do Menthorh, tendo sido informado durante a Correição que são servidores cedidos da Prefeitura Municipal há menos de 30 dias.

**2.1.5. Há Promotores de Justiça atuando na unidade judicial? Identificar.**

SIM, VIVIANA COUTO E HIGEIA VALENTE

**2.1.6. Há Defensores Públicos atuando na unidade judicial? Identificar.**

SIM –LUCIANA GUEDES

**3. INSTALAÇÕES.**

**3.1. GABINETE** (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos).

**Observação CGJ:** A unidade informou que o espaço físico é pequeno para comportar a magistrada, servidores lotados no gabinete que ficam no mesmo ambiente e que há necessidade de aquisição de 1 monitor auxiliar para uso do Pje.

Verificou-se durante a correição que o gabinete tem um espaço para sala de audiência, e uma sala que serve para assessoria e para a magistrada. Não há gabinete reservado.

**3.2. SECRETARIA** (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Espaço Físico Restrito, Aquisição De Equipamentos Para Uso De Pje- Instalação dos monitores, aquisição de Scanners, Conserto Da Máquina Multifuncional, a qual aguarda licitação para aquisição de peça. Fiação Dos Cabos De Rede Estão Exposta, problemas constantes nos pontos de redes, inclusive foi desativado 4 pontos de redes, sendo aberto vários chamados, contudo até a presente data não foi solucionado. Parte elétrica também apresenta problemas com fiação.

**Observação CGJ:** Constatou-se que o espaço físico é pequeno e em razão do acervo processual constituir-se de feitos que tramitam em meio físico, na sua quase totalidade, torna o espaço incômodo para quase 3.500 processos e os 07 (sete) servidores que ali laboram, devendo o processo de digitalização e migração de processos ser iniciado com a máxima brevidade. Verificou-se que foram encaminhados pela Secretaria de Informática monitores para serem utilizados como tela de apoio (2ª tela) em todos os computadores da Secretaria, contudo, durante a Correição verificou-se que os equipamentos se encontravam encostados em um canto da sala aguardando instalação, a qual foi solicitada através do chamado técnico n. 2108180130 e realizada a efetiva instalação por técnico de informática que compareceu na





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Unidade no último dia da Correição, 27/08/2021. A Secretaria conta com 04 *scanners* que foram cedidos de outras Unidades, não tendo ocorrido mudança de patrimônio e uma impressora e *scaneadora* multifuncional que precisa ser consertada, o que já foi solicitado através do chamado técnico n. 210818142. Há necessidade urgente de reestruturação dos pontos elétricos da sala, pois identificou-se uma única tomada que liga vários equipamentos. Já foi realizada solicitação através do siga-doc PA-MEM-2021/31638. O ar condicionado também não supre as necessidades da Secretaria, tendo sido orientada a Diretora de Secretaria a formalizar solicitação de substituição, o que foi realizado através do sigadoc 2021/31583.

#### 4. ROTINA DE TRABALHO GABINETE E SECRETARIA.

##### 4.1. Qual a metodologia de trabalho é empregada na Unidade (por setor, por tarefa, etc)?

Distribuição de Tarefas entre os Servidores.

**Observação CGJ:** Os trabalhos de Correição partiram dos dados da Unidade no Painel de Gestão, tendo sido todos os servidores orientados a acessá-lo diariamente para realização de efetivo controle dos índices de Metas, principalmente a Meta 2 e dos processos paralisados há mais de 100 dias em Gabinete e Secretaria, que totalizam, atualmente, quase a metade do acervo da Vara.

##### 4.2. Como são divididas as tarefas na Unidade? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor.

**Marta Maciel Pimentel (Diretora de Sec. Judicial),**

1. Receber e cumprir os Flagrantes, Alvarás e Mandados de Prisão;
2. Tramitação/cumprimentos de processos referentes a réus presos (urgente);
3. Expedição de Alvarás de soltura/ mandados de prisão (urgente);
4. Expedição de Guia de execuções/presos e soltos;
5. Elaboração de Atos Ordinatórios;
6. Expedição de Certidões de trânsito em julgado/ tempestividade de apelações/RESE;
7. Análise de Tramitação de processos urgentes ao Gabinete.(conclusos Urgentes)
8. Organização das Sessões do Júri;
9. Relatório CNJ;
10. Surpevisão da expedição de Certidão de Antecedentes Criminais;
11. Coordenar e dirigir as atividades da Secretaria;
12. Júri (Suprido) – Prestação de Contas das sessões do Júri;
13. Processos Pje;
14. Demais atribuições que o cargo exigir.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**Aline Silveira (Analista Judiciário):**

1. Cumprimento das audiências e Júris;
2. Expedição de Certidões afeitas as funções (todos podem expedir);
3. Outras atividades determinadas pelo Diretor de Secretaria.
4. Remessa a Central de mandados de intimação de Processos de Audiência
5. Cumprimento de mandados de medida protetiva com Audiência (urgente);

**Cezar Lobato Salgueiro (Analista Judiciário):**

1. Analisar e dar andamento dos processos do PJe- cumprimento em geral
2. Controle dos prazos dos processos físicos e eletrônicos.
3. Análises de processos, prescrição.
4. Cumprimento de diligências dos processos despachados;
5. Expedição de Certidões afeitas as funções (todos podem expedir);
6. Atendimento do Balcão Virtual uma vez na semana.

**Anderson (Aux. Judiciário):**

1. Cumprir/Devolver as Cartas Precatórias recebidas;
2. Expedição de Certidões afeitas as funções (todos podem expedir);
3. Providenciar Arquivamento de processos;
4. Outras atividades determinadas pelo Diretor de Secretaria.
5. Recebimento dos processos do Gabinete e Resenha
6. Semanalmente, imprimir malote digital e encaminhar para protocolo/distribuição;
7. Cumprimento de diligências dos processos despachados;

**Carlos Michielon (Aux. Judiciário):**

1. Cumprimento de diligências dos processos despachados;
2. Tramitação Interna de processos recebidos (Análise de réu solto);
3. Expedição de Certidões afetos as funções (todos podem expedir);
4. Outras atividades determinadas pela Diretora de Secretaria.
5. Dar andamento dos processos do Sursis e do ART. 366 DO CPP;
6. Recebimento de processos/protocolos da Central de Protocolo/DP/MP;
7. Analisar Processos De Réu Solto Sem movimentação há mais de 100 dias;

**Cláudio (Auxiliar de Secretaria – Cedido Prefeitura):**

1. Juntada diária dos diversos protocolos, inquéritos/ofícios/entre outros); – Metas diárias;
2. Autuação de processos/numeração de páginas;
3. Encaminhamentos de processos ao Gabinete, MP, DP;
4. Entrega de correspondências no Correio;
5. Tramitação interna (no Sistema Libra) de processos ao Gabinete;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6. Juntada física diária dos diversos protocolos, inquéritos/ofícios/entre outros;
7. Juntada NO SISTEMA LIBRA diária dos diversos protocolos, inquéritos/ofícios/entre outros;

**Cassio (Auxiliar de Secretaria – Cedido Prefeitura).**

- 1- Juntada diária dos diversos protocolos, inquéritos/ofícios/entre outros); - Metas diárias;
- 2- Juntada NO SISTEMA LIBRA diária dos diversos protocolos, inquéritos/ofícios/entre outros;
- 3- Confeção de documentos (certidão- intimações – editais e citações);
- 4- Atendimento ao público.
- 5- Recebimento dos processos MP/DP E PROTOCOLO/DISTRIBUIÇÃO.

4.3. Há juntada diária de petições nos processos ainda em tramitação por meio físico, bem como a juntada de documentos que chegam por outra via (malote digital/e-mail da vara)? Em caso negativo, qual a periodicidade?

Sim

**Observação CGJ:** O Sistema Libra aponta a existência de 129 petições pendentes de juntada. Os servidores informam que há juntada diária de petições, contudo, que não conseguem juntar todas em razão do volume, havendo mutirão às sextas-feiras para realização destas juntadas.

RESUMO DIÁRIO	
Audiência do dia	1
Carga MP/Advogado/Defensor/Outros	143
Documentos pendentes de Assinatura / Impressão em Lote	Carregando...
Mandados encaminhados há mais de 30/60 dias e não Distribuídos	82
Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 Dias	86
Mandados Devolvidos e pendentes de juntada pela vara	0
Processos concluídos para despacho	51
Processos concluídos para sentença	84
Tramitações a receber	Carregando...
Total de Processos em Tramitação (incluindo os julgados)	3258
Total de Processos Distribuídos no mês Atual	0
Total de Processos Arquivados no mês Atual	101
Total de Alvarás de Soltura em Atraso	0
Total de Processos para Conclusão	0
Total de Processos não devolvidos	420
Total de Processos com Improbidade Administrativa	1
Total de Citações Eletrônicas Lidas Automaticamente	0
Total de Intimações Eletrônicas Lidas Automaticamente	2
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	1798
Processos Concluídos ao Gabinete há mais de 100 dias	105
Petições Pendentes de Juntada	129
Petições do Protocolo Integrado Pendentes de Juntada	10
Total	3925

RESUMO DIÁRIO SECRETARIA CONHECIMENTO PENAL	
Documentos Pendentes de Tramitação	
Documentos Devolvidos	
SUSIPE	
Sec Segurança Pública (SSP)	
Documentos Incompletos	
Documentos Enviados	
Gerenciamento de Partes	
Suspensão	
Outras Opções	
Relatório de Presos Provisórios	
Suspensão	

RESUMO DIÁRIO SECRETARIA EXECUÇÃO PENAL	
Guia de Recolhimento	
Guia de Medida de Segurança	
Conselho Penitenciário	
SUSIPE	
Defensoria Pública	
Ministério Público	
Sec Segurança Pública (SSP)	

4.4. Nos processos que possuem prioridade legal (réus presos, idosos, medidas cautelares urgentes, etc) e nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ e segredo de justiça há identificação visual nas capas (processos em tramitação por meio físico)? Como estão identificadas as prioridades legais nos processos eletrônicos?







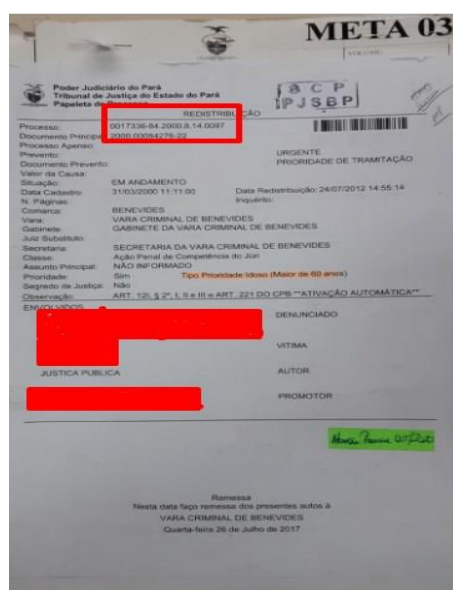
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim. São identificados por fitas. Fita vermelha para réu presos, fita laranja para violência doméstica, verde é júri, azul carta precatória, preta sigiloso, roxo mandado de prisão.

**Observação CGJ.** Verificou-se quanto aos processos físicos que há identificação de processos com fitas, conforme mencionado pela Unidade no relatório, contudo, não há identificação dos processos quanto às atuais Metas do Conselho Nacional de Justiça. No sistema PJE há controle dos processos de réus presos por etiquetas, não havendo etiquetas nos processos referentes às Metas.



**Foto 1:** Processo de Meta 02 mais antigo em tramitação na Unidade, sem identificação de Meta na capa



**Foto 2:** Processo de Meta 02 ainda identificado como sendo de Meta 03

4.5. São adotados os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício? (Provimentos n. 003/2009 e 011/2019 da CJRMB).

Não.

**Observação CGJ.** Foi informado que nos processos do sistema PJE se utiliza e nos processos do sistema Libra não.

4.6. Os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim.

**Observação CGJ.** Segundo informado, os servidores Cássio de Lima e Pablo Seabra, cedidos pela Prefeitura Municipal, ainda não possuem.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.7. Qual o procedimento utilizado no caso de carga rápida (em livro, registro no sistema, etc)? O número de páginas é conferido no momento da entrega dos autos físicos aos advogados (carga) e quando da devolução à Secretaria?

Sim

**Observação CGJ.** A carga de autos é registrada em um livro onde são anotadas as informações: número do processo, número de páginas, nome do Advogado, OAB, data e visto do servidor quando ocorre a devolução. Foi informado que os autos estão numerados quando é feita a carga rápida, o que é conferido quando da devolução dos processos.

4.8. Há expedientes diversos e oriundos do Tribunal de Justiça recebidos e não respondidos?

Não

4.9. A Secretaria Judicial utiliza atos ordinatórios para efeito de intimação? Todos são cadastrados nos sistemas?

Sim.

**Observação CGJ.** Foi analisado por amostragem o processo 0007535-52.2019.8.14.0097 (réu preso).

4.10. Todas as certidões/documentos expedidos nos autos físicos são cadastradas no Sistema Libra?

Sim

4.11. Todos os processos físicos se encontram cadastrados no Sistema Libra?

Sim

4.12. Antes da migração do processo físico para o PJE são atualizados os dados cadastrais de partes e advogados?

Sim

**Observação CGJ.** A Unidade não realizou a migração de nenhum processo físico para o sistema PJe, contudo, foram orientados no sentido de que, quando iniciarem o procedimento de migração, atualizem os dados cadastrais de partes e advogados.

4.13. Quando os processos migrados são recebidos em secretaria, eles passam pelo procedimento de etiquetagem?

Sim

**Observação CGJ.** Tendo em vista que ainda não fizeram migração de autos, foram apenas





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

orientados quanto ao procedimento.

**4.14. O processo eletrônico migrado do Sistema Libra, antes de ser encaminhado para a primeira análise no gabinete do magistrado, é organizado em secretaria?**

Sim

**Observação CGJ.** Tendo em vista que ainda não fizeram migração de autos, foram apenas orientados quanto ao procedimento.

**4.15. É verificada a identificação de classificação da classe e assunto, conforme da Tabela Processual Unificada, do CNJ, nos processos migrados do Sistema Libra?**

Sim

**Observação CGJ.** Tendo em vista que ainda não fizeram migração de autos, foram apenas orientados quanto ao procedimento.

**4.16. É realizada a alteração de fase processual no sistema nos processos que já se encontram sentenciados?**

Sim

**4.17. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos?**

Diariamente

**Observação CGJ.** O Painel de Gestão Judiciária aponta a existência de 670 processos julgados e não baixados.

**4.18. Quais critérios são utilizados para a movimentação de feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias na secretaria/UPJ?**

Mutirão estão sendo realizados para solucionar o problema.

**Observação CGJ.** Foi informado que a Magistrada repassou uma listagem para os servidores Cezar Salgueiro e Marta Pimentel (Diretora de Secretaria) para providências quanto à movimentação de autos nesta situação.

**4.19. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para a qual foram designados na unidade?**

Sim

**Observação CGJ.** Durante os trabalhos foi retificada a informação prestada de que há fixação de metas aos servidores, pois na verdade não estavam sendo estabelecidas em decorrência do revezamento de servidores.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### 4.20. Com que frequência é verificada a pasta “agrupadores” no Pje?

Diariamente

**Observação CGJ.** Foi informado que não há rotina diária de verificação de agrupadores e sim o cumprimento das tarefas. O servidor César Salgueiro é quem faz o cumprimento diário.

#### 4.21. Com que frequência o gabinete consulta o Sistema PjeCor?

Uma vez por semana.

#### 4.22. Com que periodicidade o magistrado se reúne com os servidores para definir a gestão da unidade?

Uma vez por mês.

**Observação CGJ.** Durante a pandemia as reuniões não foram feitas.

#### 4.23. A unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente?

Não.

**Observação CGJ.** A Unidade foi orientada a efetuar plano de ação todos os anos.

#### 4.24. Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da unidade judicial?

Ainda não temos um plano de ação, devido a escala de revezamento, e a magistrada titular está de férias.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.25. Qual boa prática é utilizada pelo gabinete com vistas a elevação da produtividade?

Passar orientação acerca das metas.

4.26. BALCÃO VIRTUAL (Resolução 372/2021–CNJ e Portaria 1724/2021–GP) – Está sendo realizado o atendimento virtual de representantes do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados e demais usuários dos serviços judiciários?

Sim, é verificado diariamente.

**Observação CGJ:** Foram realizadas diversas tentativas de contato com a Vara pelo Balcão Virtual, inclusive, na véspera do início dos trabalhos de Correição, dia 24/08/2021, às 10:31, sem sucesso. Durante a Correição, verificou-se que além do telefone da Secretaria não funcionar, não havia rotina estabelecida para utilização do Balcão Virtual, permanecendo a Unidade, portanto, sem nenhum canal de comunicação com advogados e jurisdicionados e também com o próprio Tribunal de Justiça, considerando as diversas tentativas frustradas de contato do Gabinete da Juíza Corregedora com a Unidade, nas semanas que antecederam a Correição. Durante os trabalhos foi providenciada a habilitação de todos os servidores ao Balcão Virtual e realizado teste de atendimento pela Secretaria da Corregedoria–Geral, tendo sido todos orientados a regularizarem o uso da ferramenta.



**5. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

5.1. É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente conforme previsto no Provimento 12/2008–CJRMB ou os determinados pelo juiz no cumprimento dos expedientes (conclusão e expedições em geral)?

Sim.

**Observação CGJ:** Foi informado que é feita a triagem de processos de réus presos, cartas precatórias e violência doméstica.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.2. Todos os atos processuais são lançados nos sistemas, nos casos de processos ainda em tramitação por meio físico?

Sim.

5.3. O apensamento de autos que tramitam em meio físico é lançado no sistema? Não havendo mais necessidade de tramitação dos autos apensados, estes recebem a devida baixa do sistema?

Sim.

**Observação CGJ:** Em consulta ao sistema LIBRA constatou-se que havia 04 processos arquivados com apenso em outra situação, os quais, durante a Correição foram verificados pela Diretora de Secretaria.

5.4. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? – (§2º do art. 2º da Lei Estadual n. 6.750/2005).

Sim.

**Observação CGJ:** A listagem de processos em tal situação comporá o presente relatório.

5.5. Há processos paralisados aguardando laudo pericial, exame de DNA, etc? Em caso positivo, quantos? Qual o número dos processos?

Não

5.6. Quais providências são adotadas diante do atraso injustificável da remessa do laudo pericial/exame?

Não se aplica

**Observação CGJ:** A Diretora de Secretaria informou que a Unidade tem acesso ao *pericianet* e que já realiza diligência no referido sistema para verificar as pendências.

5.7. A Secretaria Judicial cumpre efetivamente todas as determinações contidas na Lei n. 8.328/2015 (lei de custas), alterada pelas leis n. 8.583/2017 e 8.907/2019?

Sim.

**Observação CGJ:** Através de e-mail (cópia em anexo), a Chefe do Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais do TJPA informou que não constam boletos bancários de custas processuais pendentes de pagamento da Vara Criminal de Benevides.

5.8. Há publicação diária da resenha? Em caso negativo, qual a periodicidade? É certificado nos autos o dia da publicação no Diário de Justiça Eletrônico?

Sim.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**Observação CGJ:** Foi dado conhecimento da Resolução n.14/2021-GP, de 11/08/2021, que regulamenta a publicação dos atos através do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

5.9. Há processos extraviados? Em caso positivo, mencionar os números. Qual a providência adotada?

Não

5.10. A Unidade adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? (Boas Práticas)

Mutirão semanal

5.11. O Magistrado realiza a gestão da Vara como corregedor natural mantendo o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias? Há acesso constante aos dados da unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA pelo Magistrado e pelo(a) Diretor (a) de Secretaria?

Sim

**Observação CGJ:** Constatou-se que apenas a magistrada, segundo informado, realiza acompanhamento dos dados de processos paralisados há mais de 100 dias pelo Painel de Gestão Judiciária, havendo quase 50% do acervo paralisado. Foram identificados em Secretaria 39 (trinta e nove) processos sentenciados, aptos à remessa ao Tribunal de Justiça e que permanecem em Secretaria aguardando a migração para o sistema PJe, **sendo destes, 11 (onze) envolvendo réus presos** (processos n. 000810827.2018-8140097, 011811177.2007.814.0097, 0007854-20.2019.814.0097, 0005465-96.2018.814.0097, 0002581-26.2020.814.0097, 0003073-52.2019.814-0097, 0015631-38.2019.8140006, 0004024-58.2020.814.0133, 0005485-87.2018.814.0097, 0002761-42.2020.8140097 e 0001441-54.2020.8.14.0097), que demandam providências **IMEDIATAS** para remessa ao Juízo *ad quem*, tendo sido a Diretora de Secretaria e demais servidores orientados a regularizar a remessa com a máxima **URGÊNCIA**.

5.12. a) A verificação dos prazos é diária? Em caso negativo, qual a periodicidade? b) Qual a data da última verificação dos prazos? c) Quais os meios utilizados para verificação dos prazos? d) Os prazos para realização dos atos processuais a cargo da Secretaria são cumpridos (art. 228, CPC)? Em caso negativo, justifique. *Art. 228. Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que: I - houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

lei; II - tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.

a) Não, salvo os processos de presos e do Sistema PJE; semanal b) DIA 13/08/2021; c) Manual no Sistema Libra, através de identificação do dia nas caixas; d) Sim, dentro das possibilidades do momento em que passamos.

**Observação CGJ.** Conforme mencionado, a Unidade tem acervo majoritariamente ainda composto de processos que tramitam em meio físico. Constatou-se que, à exceção dos processos de réus presos e algumas prioridades legais, não são observados os prazos dos atos processuais a cargo da Secretaria, estando quase a metade do acervo paralisado há mais de 100 dias, tendo havido dificuldade de localização de processos solicitados para análise durante a Correição.

**5.13. Há controle efetivo sobre os processos que ainda tramitam em meio físico e que estão fora da Secretaria (carga)? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade?**

Sim, baixa dos relatórios toda semana e cobrança de autos.

**Observação CGJ.** Durante o período da Correição, segundo relatório extraído do sistema Libra, havia 129 processos com carga externa da Secretaria.

**5.14. Processos fora da secretaria (listar os 5 (cinco) processos que estão há mais tempo fora da Secretaria)**

\* **Observação CGJ.** A listagem do sistema Libra comporá o relatório.

	Número do processo	Data da carga e/ou remessa	Destinatário da carga e/ou remessa	Atraso (dias)
01.	0000190-06.2011.814.0097	23/11/2018	Defensoria Pública	997
02.	0010646-94.2017.814.0006	29/11/2018	Defensoria Pública	990
03.	0003065-41.2020.814.0097	02/12/2020	Ministério Público	256
04.	0039676-94.2015.814.0120	29/01/2020	Ministério Público	565
05.	0006244-85.2017.814.0097	14/02/2020	Advogado	549

**5.15. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados? Os Oficiais de Justiça solicitam esclarecimentos ao magistrado quando encontram dificuldade no cumprimento da ordem judicial?**

*Obs: Pje - A devolução de mandados pode ser vista nos "agrupadores", onde podem ser*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*visualizadas as certidões dos oficiais de justiça e petições de advogados.*

Sim, através de relatório do Sistema, uma vez no mês, sendo o oficial de justiça acionado diretamente para devolver.

**Observação CGJ:** Foi verificado que há mandados pendentes de baixa, tendo a Diretora de Secretaria informado que alguns destes estão vinculados à 1ª e 2ª Varas Cíveis, que antes possuíam a competência criminal, impossibilitando a baixa pela atual Vara Criminal. Foi aberto um chamado técnico para verificar a situação junto à Secretaria de Informática. O relatório extraído do sistema Libra aponta a existência de **86** mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias. Constará anexo ao relatório folder de orientação aos Oficiais de Justiça, para divulgação, quando o mandado a ser devolvido tenha sido expedido em feito já migrado ao PJE.

Expedientes mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça			
Número do processo	Número do documento	Data do recebimento	Nome do Oficial
0129369-68.2008.8140097	21100060493-22	31/01/2011	ANTONIO FRANCISCO TENORIO GUIMARÃES (FALECIDO)
0001426-46.2010.814.0097	201100287336-45	15/03/2011	ANTONIO FRANCISCO TENORIO GUIMARÃES (FALECIDO)

**5.16. A Vara utiliza os sistemas INFOJUD, INFOSEG, RENAJUD e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa? Especifique.**

Não

**5.17. A Secretaria intima as partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp? – Resolução n. 28, de 19.12.2018 – TJPA (Institui e regulamenta, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp, e dá outras providências).**

Sim

**Observação CGJ:** A Secretaria não realiza, apenas os Oficiais de Justiça.

**5.18. Há processos “aguardando conclusão” em Secretaria?**

Não

**5.19. Está sendo efetuado nos sistemas o registro de todas as informações dos réus? (nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, identidade e último endereço)**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

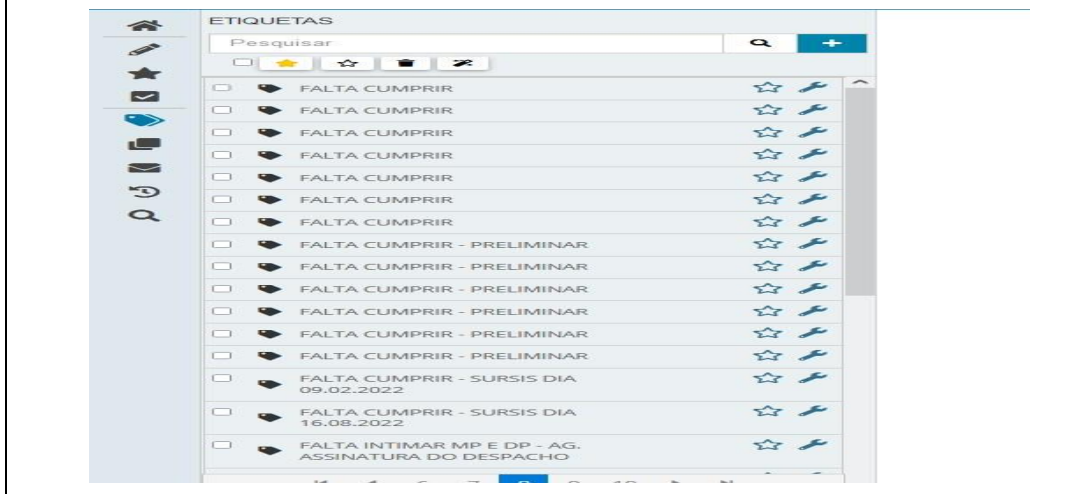
Sim

**Observação CGJ.** Segundo informado pelos servidores da Secretaria, 80% dos processos não possuem informações completas, pois quem fazia o cadastramento era o Setor de Distribuição e a Secretaria não conseguiu realizar o procedimento. Foi reportado pela CGJ que foi encaminhada uma lista de processos pelo DPGE à todas as unidades para regularização dos nomes das partes, também disponibilizado no Paineis de Gestão.

**5.20. Como se dá o controle dos presos provisórios?** - Resolução n. 66/2009-CNJ (Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão).

É realizado diariamente pela lista de presos do sistema e identificação dos processos de presos com fita vermelha para os processos físicos. Para os processos do PJE através de Etiqueta.

**Observação CGJ.** A Unidade utiliza fitas vermelhas para os processos que tramitam em meio físico e etiquetas nos processos eletrônicos do sistema PJE. Verificou-se certa desordem na criação de etiquetas, com duplicidade excessiva e registro de tramitações também por etiquetas. Não há identificação de processos referentes a METAS ou envolvendo IDOSOS. No caso dos processos envolvendo réus presos foram identificadas etiquetas com denominações "RÉU PRESO", "RÉUS PRESOS", "REU PRESO" (sic), "Reu preso" (sic), reu preso (sic), não havendo identificação da data da prisão.



**5.21. A Secretaria mantém relação atualizada de presos provisórios? Há processos de presos provisórios sem movimentação há mais de trinta dias? Há processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias? Em caso positivo, relacioná-los para que haja o devido impulso processual.** (Deverá a unidade encaminhar à CGJ com o relatório o último controle atualizado





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*dos réus presos provisórios da Vara)*

Sim é mantido o controle, não há processos de preso parado há mais de 30 dias, assim como não há processo sem tramitação há mais de 180 dias.

**Observação CGJ.** No Sistema PJE foram localizados 15 processos com a etiqueta RÉU PRESO, envolvendo 17 réus presos provisórios e no relatório do sistema Libra há a informação de existência de 17 processos envolvendo 18 presos provisórios. Verificou-se que há processos envolvendo réus presos paralisados há mais de 30 (trinta) dias, considerando o informado no item 5.11 quanto aos processos pendentes de remessa ao 2º grau. Observou-se durante análise geral de feitos por amostragem no sistema PJE que, em alguns processos onde já recebida pelo Juízo a denúncia oferecida pelo Órgão do Ministério Público, não foi realizada a “*retificação de autuação*” dos processos para Ação Penal, ainda tramitando como IPLs, a exemplo dos processos n. 0800538-49.2021.8.14.0097, 0800293-38.2021. 8.14.0097, 0800331-10.2021. 8.14.0097, 0800352-41.2021. 8.14.0097.

**5.22. A Vara utiliza os sistemas SEEU/CNJ (apenas competência para execução de pena), BNMP/CNJ, IFOPEN/SUSIPE (consulta sobre presos), INFODIP/TRE (cadastrado de suspensões direitos políticos), SIEL/TER (consulta de endereços), SISTAC/CNJ (audiência de custódia), SNBA/CNJ (Bens apreendidos) e SDJ (sistema de depósitos judiciais)?**

Não

**Observação CGJ.** A Unidade não utiliza o sistema SEEU, pois a execução penal é feita pela VEP Belém. Há acesso ao BNMP e INFOPEN, INFODIP. O sistema SISTAC/CNJ é utilizado pelo Gabinete. Não utilizam o SNBA e o SIEL.

**5.23. Os mandados de prisão são cadastrados no Sistema Libra (processos que ainda tramitam em meio físico), PJE (processos eletrônicos) e no BNMP? – Resolução n. 251/2018-CNJ (Institui e regulamenta o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, para o registro de mandados de prisão e de outros documentos, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências).**

Sim

**5.24. É informada no Sistema Libra/PJE a data da prisão e da soltura dos réus?**

Sim

**Observação CGJ.** No sistema Libra sim. No sistema PJE não é realizado o registro da data da prisão e da soltura dos réus.

**5.25. A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

afiançado e à disposição do Juízo? No recolhimento dos valores de fiança é observado o procedimento disposto na Resolução 224/2016 – CNJ ?

A fiança é apenas certificada nos autos através da abertura de conta.

5.26. A Secretaria realiza a exclusão das partes considerando o desmembramento dos autos?

Sim.

5.27. A sentença criminal condenatória transitada em julgado é comunicada à Justiça Eleitoral?

Sim, através do INFODIP

5.28. A Secretaria certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

Sim.

5.29. Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso? Em caso afirmativo, como é realizado o controle?

Sim em alguns casos, sendo certificado em livro próprio, tendo variação de mensalmente, bimestralmente e trimestralmente.

5.30. É cumprida a Resolução n. 162/2012 do CNJ? – *(Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem).*

Não tivemos nenhum caso até o momento.

5.31. Existem inquéritos e/ou processos envolvendo réu preso que estejam paralisados e sem andamento há mais de três meses? – art. 3º da Resolução n. 87/2009 do CNJ.

Não

5.32. A Secretaria cumpre efetivamente todas as determinações contidas no Provimento Conjunto n.º 002/2021–CJRMB/CJCI? – *(Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará).*

Sim

**Observação CGJ.** O relatório de bens apreendidos do sistema Libra aponta a existência de **764** bens cadastrados e no Sistema Nacional de Bens Apreendidos não há nenhum bem cadastrado.

5.33. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o arquivamento de inquéritos policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

N. do processo	Arma/Objeto vinculado	Observação/recomendação
0000241-80.2018.8.14.0097	Faca	Ação Penal sentenciada em 22/07/2020, não havendo menção da destinação do bem apreendido.
0000266-69.2013.8.14.0097	Faca	Ação Penal sentenciada em 04/09/2013, havendo determinação de providências na sentença quanto aos bens apreendidos, ao qual não foi dado cumprimento.
0000310-85.2011.8.14.0097	Celular	Ação Penal sentenciada em 04/06/2019, não havendo menção da destinação do bem apreendido.

**Observação CGJ.** Foram analisados 03 (três) processos por amostragem, retirados do relatório de processos com bens apreendidos gerado pelo sistema Libra.

**5.34. O controle dos prazos dos processos suspensos nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal é verificado a cada 90 (noventa) dias conforme determina o Provimento 15/2009-CJRM? Como a Unidade realiza controle efetivo dos prazos prescricionais dos processos em tramitação? (Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.(Redação dada pela Lei n. 9.271, de 17.4.1996).**

É cumprido dentro da possibilidade da Vara.

**Observação CGJ.** Durante os trabalhos, os servidores informaram que antes da pandemia era feita a pesquisa a cada 06 (seis) meses e que atualmente não é realizado. Durante a análise de feitos por amostragem, verificou-se que há processos em que as decisões de suspensão dos feitos e do prazos prescricionais foram cadastradas com o código errado no sistema Libra, a exemplo dos feitos n. 0001625-85.2010.8.14.0097 (24/07/2019 – código 03), 0000928-02.2011.8.14.0097 (08/05/2015 – código 11010), 0001683-18.2017.8.14.0097 (02/03/2018 – código 03), 0000011-28.2011.8.14.0097 (19/03/2019 – código 03), 0001202-55.2017.8.14.0097 (13/07/2021 – código 263) e 0001583-39.2012.8.14.0097 (24/01/2019 – código 11010), gerando incongruência no número de processos ativos no Painel de Gestão Judiciária. Os servidores foram orientados a realizar levantamento e





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

remeterem os autos nesta situação ao Gabinete do Juízo para que se proceda à retificação e cadastramento das decisões com os códigos 11025 e 25.

**VARAS DE EXECUÇÕES PENAIIS. (itens 5.35 a 5.52) – PREJUDICADO**

## **6. DAS AUDIÊNCIAS:**

### **6.1. Perfil da pauta.**

#### **Réu Preso.**

##### **a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?**

Para o dia 30/09/2021 (Processo do PJE 0800689-15.2021.814.0097)  
29/09/2021 – Libra 0007124-77.2017.814.0097

##### **b) são marcadas audiências em quais dias da semana?**

Na maioria das vezes terça, quarta e quintas feiras, mas considerando o elevado número de processos, em algumas situações são marcadas nas segundas e sextas feiras.

**Observação CGJ.** Foi informado que, considerando o elevado número de processos, em algumas situações, há a remarcação de audiência de processos envolvendo réus presos, audiência de custódia, preliminar, carta precatória e audiências referentes ao artigo 89 da lei 9099/95 para as segundas e sextas feiras.

#### **Réu Solto.**

##### **a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?**

Para o dia 23/09/2024, nos autos dos processos: Libra: 0002893-36.2019.814.0097/0001422-29.2012.814.0097/PJE: 0800125-93.2021.814.0097.

##### **b) são marcadas audiências em quais dias da semana?**

Na maioria das vezes terça, quarta e quintas feiras, mas considerando o elevado número de processos, em algumas situações são marcadas nas segundas e sextas feiras.

**Observação CGJ.** O que se observou durante os trabalhos de correição é que a Unidade não observa uma ordem cronológica ou considera o prazo prescricional do crime para remarcar as audiências e designar sessões do Tribunal do Júri.

### **6.2. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a esta seja efetivamente realizada?**

Devido a Pandemia do Covid-19, a suspensão das audiências em alguns meses devido ao lockdown e o elevado número de processos tramitando na Vara a remarcação de processos de





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

réus soltos está com prazo superior há um ano. No entanto estão sendo priorizados nas redesignações os casos mais graves (réus presos/estupros e homicídios).

**Observação CGJ.** Embora os processos de violência doméstica recebam a fita laranja foi informado que estes não possuem andamento prioritário a fim de evitar a extinção da punibilidade pela prescrição, há prioridade apenas para a designação de audiências preliminares.

### 6.3. Audiências designadas/realizadas.

#### 6.3.1. Quantidade de audiências designadas em 2020 e 2021, até a data da correição.

ANO	QUANTIDADE
2020	611
2021	520

#### 6.3.2. Quantidade de audiências realizadas em 2020 e 2021, até a data da correição.

ANO	QUANTIDADE
2020	209
2021	151

**Observação CGJ.** Os dados referentes às audiências foram obtidos pela Corregedoria-Geral no Portal de Gestão Judiciária.



#### 6.3.3. Quantidade de Sessões do Tribunal do Júri realizadas em 2020 e 2021, até a data da correição.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ANO	QUANTIDADE
2020	Não houve
2021	1 júri (26/08/2021)

**Observação CGJ:** Segundo a pauta de audiências/júris há sessões de julgamento designadas até 15/02/2024 (processo n. 0006512-81.2013.8.14.0097). São realizadas duas sessões de júris por mês, a cada 15 dias.

## 7. METAS NACIONAIS – CNJ:

### 7.1. Meta 01/2021 – CNJ – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

META 01			
Ano	Distribuídos	Julgados	Grau de cumprimento
2020 Meta cumprida	248	409	164,26%
2021 (resultado parcial)	260	221	84,67%

### 7.2. Meta 02/2021 – CNJ – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

META 02							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Total de julgados	Grau de julgamento	Grau de cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta não cumprida)	1.852	1.482	1.023	55,24%	69,00%	829	459
2021 (resultado parcial)	1.817	1.454	918	50,52%	63,15%	899	536

### 7.3. Meta 04/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos contra a Administração Pública e à improbidade administrativa.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31.12.2017, em





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

META 04							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Julgamento	Cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta não cumprida)	14	10	05	35,70%	51,00%	09	05
2021 (resultado parcial)	15	11	06	40,00%	57,14%	09	05

**7.4. Meta 08/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.**

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31.12.2019 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31.12.2019.

META 08 – VDM							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de Julgamento	Grau de Cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta cumprida)	320	160	176	55,00%	110,00%	144	-16
2021 (resultado parcial)	336	168	189	56,25%	112,50%	147	-21

**7.5. Meta 12/2021 – CNJ – Impulsionar os processos de ações ambientais.**

Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.

META 08 – VDM							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Impulsionados	Grau de Impulso	Grau de cumprimento	Pendentes de impulso	Necessidade de impulso
2021 (resultado parcial)	11	03	03	27,27%	109,09%	08	0





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**8. ANÁLISE DE PROCESSOS E RECOMENDAÇÕES.**

**8.1. Exame de processos por amostragem.**

	Número do processo	Observações / Recomendações
01	000538551.2017.8140006	12/04/2017 – Mudança de classe Ação Penal. 17/04/2017 – Recebida a denúncia. 18/05/2017 – Despacho designando audiência de instrução e julgamento para 22/06/2017. Processo conclusos para julgamento desde 17/01/2019. <b>Observação:</b> processo que compõe a Meta 2 do CNJ, ao qual deve ser imprimido o devido impulso.
02	000196731.2014.8140097 (réu preso)	18/11/2020 – designada Sessão de Júri para 25/03/2021. Sessão de Júri não realizada em razão da pandemia de Covid-19. 18/06/2021 – Petição protocolada pelo MP requerendo o desaforamento do julgamento para outra comarca. 13/07/2021 – Despacho determinando manifestação da DP e aos Advogados acerca do pedido de desaforamento. 29/07/2021 – Juntada de manifestação favorável do MP. 02/08/2021 – Autos conclusos ao Gabinete do Juízo. <b>Recomendação:</b> Deve ser dado impulso ao feito com urgência, considerando tratar-se de processo com réu preso desde 05/12/2017.
03	000712477.2017.8140097 (réu preso)	13/11/2019 – Mudança de classe para Ação Penal. 18/11/2019 – Recebida denúncia. 09/12/2019 – Designada audiência para 04/02/2020. Audiência não realizada considerando a não apresentação do réu pela SUSIPE, redesignada para 07/04/2020. 06/03/2020 – Decisão mantendo a prisão cautelar do réu. 27/05/2020 – Despacho determinando vistas ao MP. 25/08/2021 – Decisão proferida redesignando audiência de instrução e julgamento para 29/09/2021 e mantendo a prisão preventiva do réu.
04	0013336-05.2000.814.0097 – (META 02 mais antigo)	Despacho proferido em 15/01/2020 determinando a reiteração de ofícios aos Cartórios de RC de Benevides e Santa Bárbara para que encaminhem certidão de óbito do acusado. Processo devolvido para a Secretaria em 17/01/2020. <b>Recomendação:</b> Dar cumprimento ao último despacho, com urgência.
05	00173368420008140097 (META 02)	Despacho em 28/02/2020 determinando a citação do réu por Edital. Edital de citação expedido em 15/09/2020. <b>Recomendação:</b> Realizar conclusão ao Gabinete do Juízo.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

06	0800571-39.2021.8.14.0097 (réu preso – PJE)	04/05/2021 – APF protocolado no PJE e denúncia oferecida. 05/05/2021 – realizada audiência de custódia. 07/05/2021 – Denúncia recebida. 19/05/2021 – Expedidos mandados de citação dos réus. 24/05/2021 e 28/05/2021– Mandados devolvidos. 01/06/2021 – resposta à acusação de um dos réus apresentada com pedido de revogação da prisão. 09/06/2021 – Expedido novo mandado de citação do segundo réu. 10/06/2021 – Juntada manifestação do MP sobre pedido de revogação da prisão. 15/06/2021–Decisão mantendo o decreto de prisão. 21/06/2021 – Devolvido mandado de citação do segundo réu, cumprido e protocolada resposta à acusação do réu. 24/06/2021 – Designada audiência de IJ para 05/07/2021. 05/07/2021 – Audiência de IJ redesignada para o dia 04/08/2021, conforme termo de audiência. 04/08/2021 – Audiência suspensa e designada para 18/08/2021. 18/08/2021 – realizada audiência com oitiva de testemunhas e interrogatório dos réus. 26/08/2021 – Apresentados memoriais finais do MP. <b>Recomendação:</b> Deve ser providenciada a retificação da autuação do processo no sistema PJE uma vez que se trata de Ação Penal ainda autuada como Auto de Prisão em Flagrante.
07	0800905-10.2020.8.14.0097 (réu preso –PJE)	25/12/2020 – Protocolado APF, homologado pelo Juízo plantonista. Realizada audiência de custódia, convertidas prisões em preventivas. 25/01/2021 – Protocolo de pedido de RPP dos réus. 10/02/2021 – protocolo de petição da defesa do réu R.M. 25/02/2021 – Oferecida denúncia. 25/03/2021 – Denúncia recebida. 26/03/2021 – Expedidos mandados de citação. 30/03/2021 – Mandado de 01 dos réus devolvido cumprido, no dia 05/04/2021 apresentada resposta à acusação. 16/04/2021 – despacho determinando certificação acerca da citação do segundo réu. 19/04/2021 – Mandado de citação do segundo réu cumprido. 22/04/2021 – Apresentada Resposta à acusação do segundo réu. 20/05/2021 – Juntada manifestação do MP acerca do pedido de revogação de prisão. 21/05/2021 – Decisão proferida mantendo a PP dos réus e designando audiência de IJ para o dia 08/06/2021. 31/05/2021 – Audiência redesignada para o dia 21/06/2021. 21/06/2021 – Audiência realizada, nova audiência designada para 06/07/2021 e realizada naquela data. 16/08/2021 –





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

		Juntada dos Memoriais Finais do MP. 26/08/2021 – Apresentado Memoriais do réu D.S.
08	0800376-54.2021.814.0097 (réu preso -PJE)	18/03/2021 – Protocolado APF. Concedida liberdade provisória a três flagranteados e designada audiência de custódia para o acusado L.C. 19/03/2021 – Denúncia oferecida. 21/03/2021 – Audiência de custódia realizada. 24/03/2021 – Despacho determinando a citação dos réus.26/03/2021 – Mandados expedidos. 12/04/2021 – Defesa de um dos réus apresentada. 12/05/2021 e 24/05/2021 – Petições do MP informando endereço de dois réus.07/07/2021 – Petição do MP requerendo o desmembramento do feito em relação ao réu preso. 19/08/2021 – Petição do MP informando endereço dos réus. <b>Recomendação:</b> Deve ser realizada conclusão imediata dos autos para apreciação da petição ID 29245799, onde consta pedido de desmembramento do feito quanto ao réu preso.
09	0800097-68.2021.814.0097 (réu preso -PJE)	23/01/2021 – APF protocolado, realizada audiência de custódia. 01/02/2021 – Oferecida denúncia. 02/02/2021 – Recebida denúncia. 17/03/2021 – Despacho determinando a expedição de carta precatória para citação do acusado na comarca de Belém. 09/04/2021 – Decisão mantendo o decreto prisional. 03/07/2021 – Apresentada Resposta à acusação. 09/07/2021 – Denúncia recebida novamente e designada audiência de IJ para o dia 30/09/2021. <b>Recomendação:</b> Deve ser providenciada a retificação da autuação do processo no sistema PJE uma vez que se trata de Ação Penal ainda autuada como Auto de Prisão em Flagrante.

8.2. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Carta Precatória expedida há mais de 90 (noventa) dias.

	Número do processo	Data da Remessa	Juízo Deprecado	Observações / Recomendações
01.	0071853-35.2003.814.0097	20/08/2019	Santo Antônio do Tauá/ PA	16/10/2013 – Ação penal distribuída. 26/01/2018 – Determinada a expedição de carta precatória ao Juízo da Comarca de Santo Antônio do Tauá para oitiva de testemunhas. 20/08/2019 – Carta precatória expedida.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

				23/08/2021 – certidão lavrada nos autos informando a não devolução da missiva e conclusão dos autos ao Gabinete. 26/08/2021 – Designada audiência para oitiva de testemunhas em 18/05/2022 através da ferramenta Teams.
02.	0023015-21.2005.814.0097	20/04/2020	Comarca de Palmas/TO	29/03/2005 – Ação Penal distribuída. 07/02/2019 – Denúncia recebida, determinada citação do réu. Mandado de citação e carta precatória expedidos em 20/04/2020, não havendo nenhum registro de cobrança ou reiteração. <b>Recomendação.</b> Deve a Unidade realizar a cobrança da carta precatória, com urgência.
03.	0023135-03.2005.814.0097	04/02/2021	Comarca de Belém/PA	29/03/2005 – Ação Penal distribuída. 23/10/2014 – Denúncia recebida. 20/03/2019 – Despacho determinando a expedição de carta precatória. Carta precatória expedida apenas em 04/02/2021. <b>Recomendação.</b> Deve a Unidade realizar a cobrança da carta precatória, com urgência.
04.	0056540-33.2006.814.0097	07/08/2019	Comarca de Santa Izabel.	05/06/2006 – Ação Penal distribuída. 14/08/2006 – Denúncia recebida. No sistema Libra há registro de expedição de duas cartas precatórias com idêntico objeto, a primeira em 03/07/2014 e a outra em 07/08/2019. <b>Recomendação.</b> Deve a Unidade realizar a cobrança da carta precatória, com urgência.
05.	0000281-15.2010.814.0097	30/06/2021	Comarca de Belém/PA	03/03/2010 – Ação Penal distribuída. 30/06/2021 – Expedida carta precatória para busca e apreensão dos autos.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

				<b>Recomendação.</b> Deve a Unidade realizar a cobrança da carta precatória.
--	--	--	--	--

**8.3. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Cartas Precatórias recebidas.**

	Número do processo	Data da Distribuição	Juízo Deprecante	Observações / Recomendações
01	000054389.2016.8140094	01/02/2016	Vara Penal de Parauapebas	Carta recebida em 08/09/2020, oriunda da Comarca de Santo Antônio do Tauá. 19/10/2020 – Cumpra-se. 23.10.2020 – Réu compareceu em Secretaria e tomou ciência das condições impostas. Aguardando cumprimento das medidas cautelares.
02	001038584.2016.8140097	09/11/2016	Comarca de Bonito	Carta precatória distribuída em 09/11/2016. 16/11/2016 – Cumpra-se. 16/12/2016 – Réu compareceu em Secretaria e tomou ciência das condições impostas. Aguardando cumprimento das medidas cautelares.
03	000370379.2017.8140097	02/06/2017	Vara Criminal de Santa Catarina	02/06/2017 – Carta precatória distribuída. 07/06/2017 – designada audiência admonitória para o dia 14/07/2017. Audiência realizada em 14/07/2017. Despacho proferido em 12/04/2021 determinando o acautelamento dos autos pelo prazo de 01 ano.
04	000650805.2017.8140097	08/11/2017	Vara Criminal de Belém	Distribuída Em 08/01/2017. 17/11/2017 – Despacho cumpra-se. 25/08/2021 – Certidão dando conta de que o acusado cumpriu as determinações do sursis.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

				26/08/2021 – Remetidos conclusos ao Gabinete do Juízo.
05	000012137.2018.8140097	11/01/2018	Vara Criminal da Comarca de Santa Izabel	11/01/2018 – Distribuído. 12/01/2018 – Despacho de cumpra-se, com urgência. 15/01/2018 – Certidão dando conta de que o acusado compareceu em Secretaria para dar início às condições estabelecidas. 25/08/2021 – Conclusos ao Gabinete do Juízo.

8.4. Análise de processos mais antigos em tramitação na unidade.

	Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
01	00026640519848140097	12/12/2016	17/05/2017 – processo remetido ao TJPA com recurso de apelação.
02	00363287919958140097	11/05/2021	No dia 18/07/2018 os autos retornaram do Tribunal de Justiça após julgamento de recurso. Em 21/09/2018 designada Sessão de Júri para 01/08/2019. Despacho em 05/08/2019, redesignando júri a pedido da defesa, para o dia 25/09/2019. No dia 28/10/2020 redesignado Júri para 10/06/2021. Em 11/05/2021 redesignado Júri para 15/09/2022.
03	00457764419988140097	15/10/2020	24/03/2015 – Prolatada sentença. 01/08/2016 – expedida carta precatória para intimação do réu acerca da sentença. 11/12/2017 – Despacho determinando diversas diligências para localização do réu. 15/10/2020 – Despacho registra que o acusado está em local incerto e não sabido. Determinada expedição de Edital. 22/07/2021 – Expedido edital de intimação de sentença.
04	0047832-46.1998.8140097	04/09/2019	04/09/2019 – Proferido despacho: “(...) Considerando a declaração de extinção da punibilidade, archive-se com as cautelas





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			legais". Solicitados os autos para verificação, foi informado na Secretaria que os autos provavelmente já foram remetidos ao arquivo em razão da data do último despacho, mas foi fato relatado como probabilidade.
--	--	--	---

**8.5. Análise de processos relativos à Improbidade Administrativa e/ou crimes contra a Administração Pública (META 04):**

	Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
01	000643050.2013.8140097	12/05/2021	Processo distribuído em 25/11/2013. Denúncia recebida em 23/10/2015. 08/04/2016 – expedida carta precatória para citação de um dos réus em Ananindeua. Carta devolvida em 21/07/2017. Despachos em 27/11/2018 e 29/10/2020 (Grupo de Auxílio Remoto da Meta 4 do CNJ). Segundo réu citado em 11/11/2020. 12/05/2021 – Designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 17/10/2023.
02	000125893.2014.8140097	30/04/2021	Processo distribuído em 11/03/2014. Denúncia recebida em 07/11/2016. Último despacho em 30/04/2021 redesignado audiência para o dia 29/01/2024.
03	000400783.2014.8140097	29/10/2020	Processo distribuído em 05/08/2014. Denúncia recebida em 30/06/2016. 22/06/2021 – Expedida carta precatória para citação do réu na comarca de Fernando Prestes/SP.
04	000530865.2014.8140097	05/06/2019	Processo distribuído em 01/10/2014. Denúncia recebida em 05/06/2019. 07/12/2020 – certidão de citação negativa juntada aos autos. 30/06/2021 – Vistas ao MP.
05	015469438.2015.8140097	15/12/2020	17/12/2015 – processo distribuído. Denúncia recebida em 26/01/2016.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			15/12/2020 - Despacho proferido pelo Grupo de Auxílio Remoto da Meta 04 do CNJ determinando a expedição de carta precatória para a Comarca de Parauapebas. Processo devolvido pelo Grupo à Vara Criminal de Benevides em 21/01/2021. <b>Recomendação.</b> Deve ser providenciado impulso ao feito por se tratar de processo que compõe a Meta 4 do CNJ.
--	--	--	---

8.6. Exame de 05 (cinco) processos por amostragem, quanto à vinculação de bens móveis ou imóveis aos processos. No criminal – quanto a vinculação de bens apreendidos vinculados ao processo sem destinação.

•Processos informados pela Unidade

	Número do processo	Observações quanto ao exame
01.	0000006-32.2010.8.14.0097	Aguardando sentença
02.	0000029-69.2012.8.14.0097	Aguardando audiência: junho de 2022
03.	0000034-65.2009.8.14.0097	Aguardando destinação dos bens
04.	0000041-73.2018.8.14.0097	Aguardando audiência: agosto de 2023
05.	0000042-58.2018.8.14.0097	Aguardando destinação dos bens

9. DADOS ESTATÍSTICOS.

9.1. LIBRA.

•Dados fornecidos pela Unidade

Processos em tramitação na Unidade (incluindo os julgados)	3.939
Processos fora da Unidade (MP, DP, Advogado, outros)	325
Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias	91
Processos redistribuídos – ano 2021	2
Processos arquivados definitivamente em 2020	687
Processos arquivados definitivamente em 2021	531
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	1914
Processos conclusos ao gabinete há mais de 100 dias	105
Processos com idosos postulantes	0
Sentenças homologatórias de acordo em 2020	0
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	0





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Quantas sessões de júri foram designadas em 2020	15
Quantas sessões de júri foram realizados em 2021 (até a data da correição)	0
Quantas sessões de júri estão designadas para 2021	5
Total de petições pendentes de juntada	176

## 9.2. PJE:

### •Dados fornecidos pela Unidade

Acervo, total de processos e procedimentos não arquivados definitivamente na data.	504
Acervo processual, total do acervo, com exceção dos itens das seguintes classes judiciais: carta, inquérito policial, notificações ou interpelações.	
Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2020	8
Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2021	514
Processos arquivados definitivamente em 2020	0
Processos arquivados definitivamente em 2021	10
Processos com prioridade em andamento – idoso	0
Processos com prioridade em andamento – idoso maior de 80 anos	0
Processos com prioridade em andamento – infância e juventude	0
Processos conclusos há mais de 100 dias	0
Sentenças proferidas com mérito em 2020	0
Sentenças proferidas com mérito em 2021	11
Sentenças homologatórias de acordo em 2020	0
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	0
Processos aguardando cumprimento há mais de 100 dias, total do acervo processual, que possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui até a data, nenhum movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	0
Processos aguardando andamento há mais de 100 dias, total do acervo processual, que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	0
Procedimentos aguardando cumprimento há mais de 100 dias, total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui nenhum movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	0
Procedimentos aguardando andamento há mais de 100 dias, total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão,	0





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

sentença ou juntada de petição.

9.3. **SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado): PREJUDICADO**

9.4. **SEEU - Dados Estatísticos de Processos Ativos: PREJUDICADO**

**10. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS :**

10.1. O Gestor da Unidade tem identificado dentre o corpo de servidores a existência de problemas de saúde, física e mental?

Sim.

10.2. Há servidores em teletrabalho?

No momento não, devido o retorno de 100% presencial

10.3. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores?

Sim, principalmente para o Sistema PJe.

**Observação CGJ:** Durante a Correição foi disponibilizado link de curso de treinamento do PJE modalidade criminal.

**11. CORREIÇÕES ANTERIORES:**

11.1. Data da última correição ordinária realizada pela Corregedoria:

18/08/2019

**Observação CGJ:** A última correição realizada na Unidade pela então Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém ocorreu no período de 06 a 08/08/2019 e foi registrada no PJECOR N. 0000176-88.2020.2.00.0814.

11.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria?

Sim

11.3. Os problemas identificados na correição ordinária anterior ainda persistem?

Embora a Unidade tenha informado que não persistia, verificou-se que ainda persistem.

**Observação CGJ:** Foi realizada análise do último relatório de correição realizada pela então CJRMB na Vara Criminal de Benevides em agosto de 2019, tendo sido constatado que diversas





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

determinações não foram cumpridas, inclusive só tendo sido prestadas informações pela Unidade após diversas reiteraões da Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém, à época, conforme consta no processo de correição PJECOR n. 0000176-88.2020.2.00.0814.

#### 11.4. Identifique as recomendações não cumpridas

**Observação CGJ.** A Correição foi realizada no período de 06 a 08/08/2019, quando a função de Diretor de Secretaria era exercida pelo analista judiciário César Lobato Salgueiro e o magistrado Álvaro José da Silva Souza respondia pela Unidade há poucos dias. A decisão final da Corregedora de Justiça da RMB proferida já em 23/01/2020, com diversas determinações, acompanhada do relatório final, foi encaminhada ao Gabinete e à Secretaria, tendo sido recebidos no processo sigadoc PAMEM 2020/03867 pelo servidor Edinho Gomes Santos, assessor da magistrada Edilene Soares (perfil Gabinete), em 07/02/2020 e dia 13/05/2020 recebido pela então nova Diretora de Secretaria, Marta Maciel Pimentel (perfil Secretaria), que assumiu as funções em 07/01/2020. Dentre as recomendações/determinações que se observou o não cumprimento, identificou-se: que não foi realizado plano de ação para movimentação de processos paralisados há mais de 100 dias, não foi dado cumprimento ao que determina a Lei Estadual 6.750/2005 nos processos com subcontas paralisadas há mais de 3 anos, não foi implementado monitoramento e controle de cartas precatórias expedidas, não foram cadastrados bens no SNBA, etc.

11.5. É cumprido o art. 11 do Provimento n. 004/2001 – CJCI? Identificar a data da última correição ordinária periódica e magistrado responsável. – *(Art. 11 - Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)*

Sim.

#### 12. SUGESTÕES GERAIS.

A unidade informou que há necessidade de melhorar o ambiente de trabalho, treinamento de servidores e novos servidores.

#### 13. IMPRESSÃO DO MAGISTRADO SOBRE AS NECESSIDADES MAIS RECORRENTES DA VARA. *(Deverá o relato do magistrado ser anexado ao relatório)*

Não foi fornecido pela magistrada. A magistrada titular da vara esteve trinta dias de férias, com retorno em 23/08/2021.

#### 14. CONSIDERAÇÕES GERAIS.

- A Vara Criminal da Comarca de Benevides foi criada através da Resolução n. 26/2014-GP, a





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Juíza Titular é a Exma. Sra. Dra. Edilene de Jesus Barros Soares desde 07/01/2020 e a Diretora de Secretaria é a servidora Marta Maciel Pimentel também desde 07/01/2020, contando a Unidade com 3 (três) servidores em Gabinete e 07 (sete) servidores em Secretaria.

- O servidor César Lobato Salgueiro, analista judiciário lotado na Vara, exerceu a função de Diretor de Secretaria no período de 14/01/2014 a 01/08/2014 e no período de 01/02/2016 a 06/01/2020.

- Os trabalhos de Correição Ordinária iniciaram no dia 25/08/2021, às 9hs, com reunião entre a Juíza Auxiliar Ana Angélica Abdulmassih Olegário, a magistrada titular e todos os servidores lotados no Gabinete e na Secretaria da Unidade. Na oportunidade, a Juíza Corregedora realizou algumas considerações acerca dos trabalhos que seriam desenvolvidos, conforme registro lavrado na Ata de Abertura que comporá o presente relatório.

- Constatou-se que a Secretaria e o Gabinete possuem servidores experientes e que tem conhecimento da rotina afeta aos feitos criminais, havendo boa divisão de tarefas, contudo, verificou-se a **imperiosa necessidade de melhor gestão e controle do acervo** da Unidade, considerando o expressivo volume de feitos paralisados.

- Foi relatado que alguns servidores da Secretaria ainda não possuem familiaridade com a utilização do sistema PJe, tendo sido recomendado que assistissem o curso de PJe-modalidade criminal, disponibilizado pelo TJPA, cujo link foi encaminhado a todos, o que deve ser providenciado pelos servidores o quanto antes, ante a iminente necessidade de digitalização e migração do acervo para tramitação unicamente no sistema PJe.

- Foram realizadas recomendações aos servidores do Gabinete para que sejam devidamente juntados ao fim do caderno dos autos físicos todas as decisões/despachos proferidos pela magistrada, considerando o risco de perda/extravio com a forma que estava sendo realizada a remessa para a Secretaria, com o despacho/sentença anexado à capa, bem como que o Gabinete realize a seleção de publicação no sistema Libra para facilitação da publicação da resenha diária pela Secretaria.

- Verificou-se que a estrutura física da Secretaria necessita de intervenções urgentes, as quais já haviam sido constatadas no relatório da Correição Ordinária realizada no ano de 2019 pela então Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém. Todas as questões atinentes à estrutura física e elétrica da Unidade foram minuciosamente analisadas pelos setores





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

competentes do TJPA, naquela ocasião, **nos autos do processo sigadoc PAMEM 2020/03867, com realização de estudo da planta baixa e proposta de novo layout para melhor acomodação dos servidores na Secretaria.** No dia 24/04/2020, o Juiz Auxiliar da Presidência, à época, Exmo. Sr. Dr. Geraldo Neves Leite, proferiu despacho nos referidos autos determinando o encaminhamento das informações prestadas pelas Secretarias de Informática e de Engenharia para conhecimento e manifestação da Unidade. Constatou-se da análise do referido processo no sistema SigaDoc, contudo, que embora o despacho do Juiz Auxiliar da Presidência e cópia do expediente sigadoc PAMEM 2020/03867 tenham sido encaminhados em 28/04/2020 pela Divisão de Apoio Técnico Jurídico da Presidência aos emails da Unidade, da magistrada e da Diretora de Secretaria (documentos de comprovação no ID 53373 – pág. 28, processo PJECOR 0000176-88.2020.2.00.0814), não foi apresentada qualquer manifestação, até a presente data, acerca das soluções propostas.

#### 14.1. DADOS ESTATÍSTICOS:

- Durante o período correcional, o Índice de Eficiência da Unidade Judiciária – IEJud, encontrava-se em **56,35**, a taxa de congestionamento líquida em **80,75%**, havia **48,86%** do acervo paralisado há mais de 100 dias e Índice de Atendimento à Demanda apontava índice de **155,21%**, segundo dados disponibilizados em 23/08/2021







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- O acervo ativo total da Unidade, segundo o PGJ é de 3.895 processos, dos quais 1.903 se encontram paralisados há mais de 100 dias.

**Gestão Judiciária 1G** BENEVIDES VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

Dados carregados até 23/08/2021 17:58:46

LIBRA PJE1G Último Movimento Todos Em Gabinete (S: sim; N: não) S N

**48.86%**  
Paralisados +100 dias

**1.903**  
ACERVO PARALISADO  
Lista de Processos

**3.895**  
ACERVO ATIVO  
Lista de Processos

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	1051	140	1201
Ação Penal - Procedimento Sumário	3	2	5
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	3	0	3
Ação Penal de Competência do Júri	37	7	44
Auto de Apreensão em Flagrante	2	0	2
Auto de Prisão em Descoberta	08	0	08
<b>Total</b>	<b>1735</b>	<b>168</b>	<b>1903</b>

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	DESISS/TEMA	ID/CLASSE	CLASSE	ID/MOVIMENTO	D/TEVENO
0000012820178140097	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	200130	05/03/2021 11:36:30 DEVOLUÇ
0000014420168140006	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	111016	20/08/2020 09:17:08 A SECRET
0000015320158140952	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10832	09/07/2020 09:45:46 CERTIDAC
0000027520168140120	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	111016	13/05/2021 12:57:25 A SECRET
00000107920118140200	EM ANDAMENTO	LIBRA	279	Inquérito Policial	111412	05/05/2021 09:48:42 EXPEDIR C
00000112820118140097	EM ANDAMENTO	LIBRA	268	PROCESSO CRIMINAL	10832	31/07/2020 20:43:04 CERTIDAC
00000158520128140097	EM ANDAMENTO	LIBRA	300	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	11142	08/09/2020 12:20:20 CADASTRU
00000175520128140097	EM ANDAMENTO	LIBRA	300	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	10885	26/04/2019 08:47:21 CONCLUS

- Acervo processos sistema Libra.

**Gestão Judiciária 1G** BENEVIDES VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

Dados carregados até 23/08/2021 17:58:46

LIBRA PJE1G Último Movimento Todos Em Gabinete (S: sim; N: não) S N

**55.18%**  
Paralisados +100 dias

**1.852**  
ACERVO PARALISADO  
Lista de Processos

**3.356**  
ACERVO ATIVO  
Lista de Processos

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	1060	133	1193
Ação Penal - Procedimento Sumário	3	2	5
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	2	0	2
Ação Penal de Competência do Júri	37	7	44
Auto de Apreensão em Flagrante	2	0	2
Auto de Prisão em Flagrante	03	0	03
<b>Total</b>	<b>1691</b>	<b>161</b>	<b>1852</b>

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	DESISS/TEMA	ID/CLASSE	CLASSE	ID/MOVIMENTO	D/TEVENO
00000012820178140097	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	200130	05/03/2021 11:36:30 DEVOLUÇ
00000014420168140006	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	111016	20/08/2020 09:17:08 A SECRET
00000015320158140952	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10832	09/07/2020 09:45:46 CERTIDAC
00000027520168140120	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	111016	13/05/2021 12:57:25 A SECRET
00000107920118140200	EM ANDAMENTO	LIBRA	279	Inquérito Policial	111412	05/05/2021 09:48:42 EXPEDIR C
00000112820118140097	EM ANDAMENTO	LIBRA	268	PROCESSO CRIMINAL	10832	31/07/2020 20:43:04 CERTIDAC
00000158520128140097	EM ANDAMENTO	LIBRA	300	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	11142	08/09/2020 12:20:20 CADASTRU
00000175520128140097	EM ANDAMENTO	LIBRA	300	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	10885	26/04/2019 08:47:21 CONCLUS





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- Acervo processos sistema PJE:

**Gestão Judiciária 1G** BENEVIDES VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

Dados carregados até 23/08/2021 16:05:21

LIBRA **PJE1G** Último Movimento Todos Em Gabinete (S. sim; N. não) S N

**9.46%**  
Paralisados +100 dias

**51**  
ACERVO PARALISADO  
Lista de Processos

**539**  
ACERVO ATIVO  
Lista de Processos

PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS POR CLASSE E SITUAÇÃO PROCESSUAL

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	1	7	8
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	1		1
Auto de Prisão em Flagrante	15		15
Carta Precatória Criminal	3		3
Inquérito Policial	13		13
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	3		3
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>7</b>	<b>51</b>

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	DESISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	IDMOVIMENTO	DTEVENTO
00001425220148140097	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	29/01/2021 19:04:3
00021139620198140097	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	20/01/2021 08:40:2
00027132320198140097	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	26/01/2021 13:07:0
00045142320198140097	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	16/01/2021 15:41:0
000456832620178140097	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	07/01/2021 23:08:5
00080078720188140097	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	30/01/2021 13:08:5
01047004120158140097	JULGADO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	85	22/01/2021 20:28:4
0800002320218140097	EM ANDAMENTO	PIE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante	970	31/03/2021 11:03:4

- O Painel de Gestão aponta a existência de **670** processos julgados pendentes de baixa, os quais devem ser analisados individualmente para verificação se já aptos à providência de arquivamento, bem como deve ser realizada rotina de consulta ao Portal do PIB – Programa de Incremento de Baixas do TJPA

**Gestão Judiciária 1G** BENEVIDES VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

Dados carregados até 30/08/2021 15:19:20

LIBRA **PJE1G**

Julgados e não Baixados

Índice de Conciliação

Entrada de Feitos

Movimentação do Gabinete

Audiências

Painel de Metas Nacionais

Tempo do Processo

Saneamento DATAJUD-CNJ (pendências)

Cadastro de Partes

Cadastro de Assuntos

RESUMO DE PROCESSOS JULGADOS E NÃO BAIXADOS

CLASSE	JULG N BAIXA
Ação Penal - Procedimento Ordinário	335
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	266
Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	22
Ação Penal de Competência do Júri	8
Procedimento Comum	8
<b>Total</b>	<b>670</b>

LISTA DE PROCESSOS JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Nº PROCESSO	COD. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO
00000023220138140097	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3632 - Crimes de Trânsito
00000167020128140097	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3608 - Tráfico de Drogas e Condutas Afins
00000346520098140097	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	9893 - Do Sistema Nacional de Armas
00000422420198140097	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	5560 - Decorrente de Violência Doméstica
00000425820188140097	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3633 - Crimes do Sistema Nacional de Armas
00000431920138140097	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3419 - Roubo
00000610620148140097	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3608 - Tráfico de Drogas e Condutas Afins
00000613020198140097	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	5560 - Decorrente de Violência Doméstica

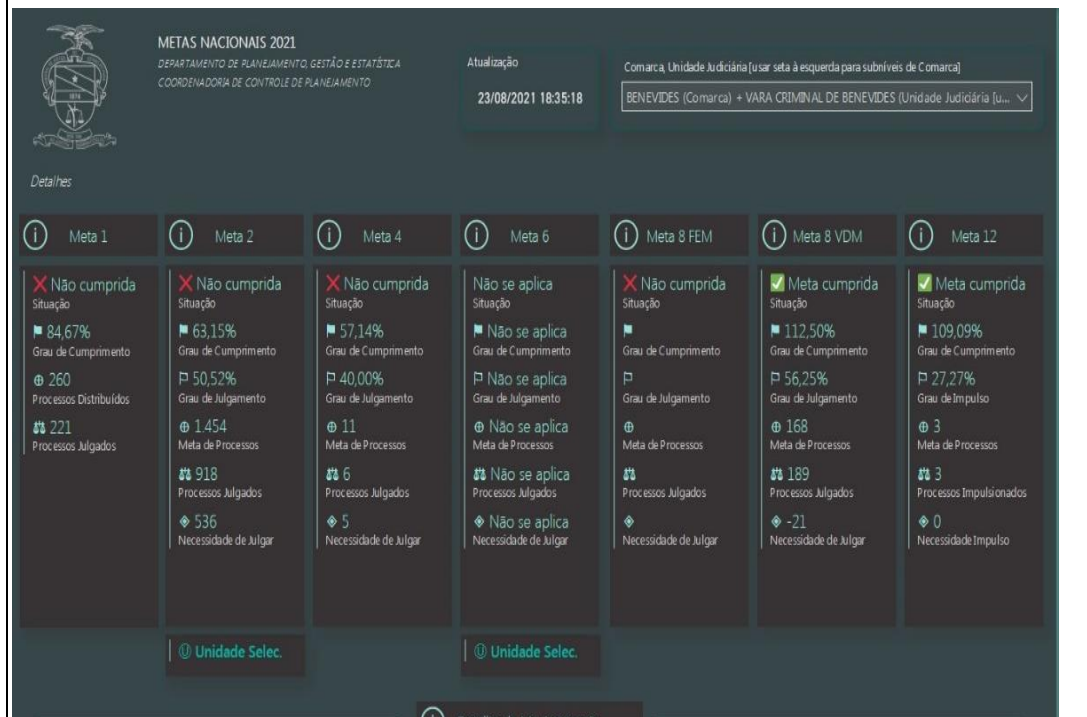




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA



**14.2 – METAS NACIONAIS:**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- Com relação às Metas Nacionais para o ano de 2021, o Painel de Metas do TJPA informava em 25/08/2021 (com data base de 23/08/2021) o cumprimento das Metas 8 (VDM) e Meta 12 do Conselho Nacional de Justiça. A Meta 1 se encontrava em índice de cumprimento de 84,67%, a Meta 02 com 63,15% de cumprimento e a Meta 04 com 57,14% de cumprimento.

- Verificou-se que a maioria dos servidores da Unidade desconheciam as ferramentas do Painel de Gestão e que há feitos relacionados nos processos pendentes de Meta 02 e de Meta 04 que necessitam ser **verificados, ajustados e principalmente identificados na Secretaria** para que o número de processos hoje pendentes de julgamento reflita a realidade da unidade e se dê o devido impulso aos mesmos.

#### **14.3 – DOS PROCESSOS ENVOLVENDO RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS.**

- No Sistema PJE identificou-se 15 processos com a etiqueta RÉU PRESO, envolvendo 17 réus presos provisórios e no relatório do sistema Libra há a informação de existência de 17 processos envolvendo 18 presos provisórios, totalizando 35 presos provisórios em 32 processos.

- Constata-se que há controle dos feitos envolvendo réus presos quanto à sua identificação e impulso pelo Gabinete e pela Secretaria durante a fase instrutória, contudo, conforme relatado no item 5.11 há processos envolvendo réus presos pendentes de migração para o sistema PJE e remessa ao 2º grau para julgamento de recursos interpostos **que demandam urgência nesta providência**, considerando o lapso temporal já decorrido. Referidos processos pendentes de remessa, inclusive, impactam negativamente nos índices de processos paralisados há mais de 100 dias na Unidade e no IEJud.

- Com relação à eventual dificuldade dos servidores para utilização do sistema PJE e do processo de migração de feitos para o referido sistema, foi disponibilizado o link de treinamento a todos, bem como foram realizados 02 (dois) *workshops* no dia 26/08/2021, o primeiro com a técnica de informática Noemy Eminny Penha Carvalho, que compareceu presencialmente na Comarca de Benevides e realizou explanação geral do sistema PJE e da utilização da ferramenta “varinha mágica” e o segundo, com as servidoras Patrícia Casseb, Coordenadora Operacional das Centrais de Digitalização e Virtualização e Luizelena Castro, servidora responsável pela Central Regional de Digitalização e Virtualização da Região Metropolitana de Belém.

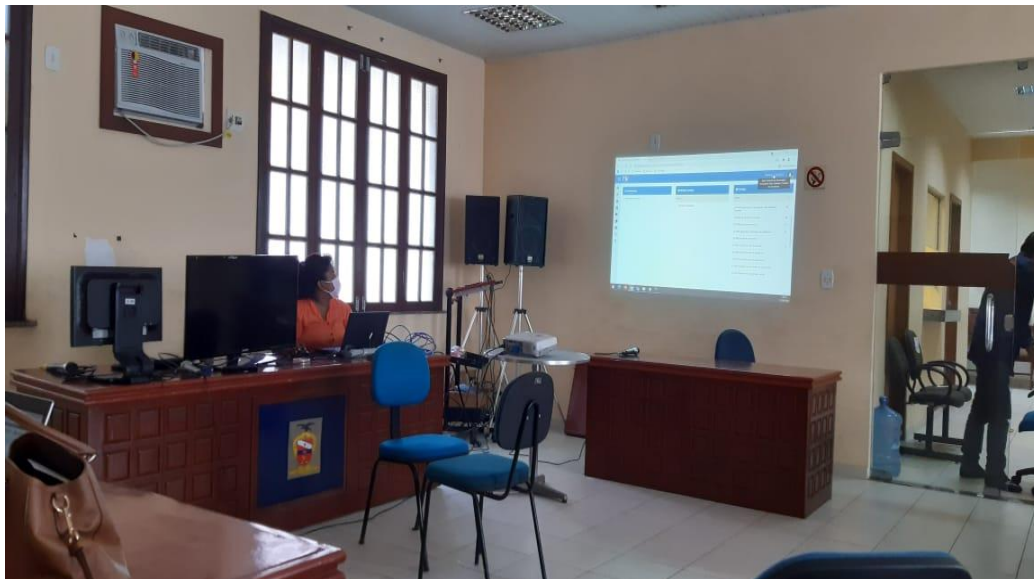






PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*Workshop com a técnica de informática Noemy Carvalho e servidores da Secretaria e Gabinete*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

• *Workshop com as servidoras Patrícia Casseb e Luizelena Castro sendo assistido pelos servidores da Secretaria*



**14.4- BENS APREENDIDOS.**

- O Fórum da Comarca de Benevides conta com uma sala conjugada de arquivo/sala de bens, completamente desorganizada e insalubre, onde estão depositados diversos bens apreendidos e processos arquivados de todas as Unidades da Comarca. **Tal situação demanda que sejam urgentemente adotadas pela Direção do Fórum as providências determinadas no Provimento n. 02/2021-CJRM/CJCI.**

- Sugere-se que seja recomendado à magistrada Diretora do Fórum que determine que todas as Unidades providenciem a organização dos processos que se encontram atualmente na sala de Arquivo, **no prazo de 60 dias**, e ainda que, caso entenda necessário, **solicite a possibilidade de ser prestado suporte pelo Setor de Armas, Objetos e Bens Apreendidos do Fórum Criminal para organização e triagem dos bens apreendidos da Comarca.**

- Ainda com relação aos bens apreendidos, constatou-se que na decisão proferida nos autos do relatório de correição realizada no ano de 2019 pela Exma. Sra. Desa. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, foi determinado no item "H" que o Diretor de Secretaria deveria: *"H) Providenciar que todos os bens, inclusive armas, sejam obrigatoriamente cadastrados no sistema do CNJ, nos termos da Resolução n. 63 do CNJ e do Provimento Conjunto n. 004/2016-CJRM/CJCI – (item 5.24) – Prazo: Imediato."* (ID 11902 – pág. 30 do relatório pjeor n. 000176-88.2020.2.00.0814). Ocorre que, conforme se verificou no Sistema Nacional de Bens Apreendidos do CNJ, muito embora as recorrentes orientações realizadas pelas então







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Corregedorias de Justiça da RMB e do Interior quanto à imprescindível necessidade de utilização do sistema desde a sua criação pelo CNJ, a Vara Criminal de Benevides além de nunca ter realizado cadastro de bens no referido sistema, até a presente data, mormente a determinação da então Corregedora da RMB e o fato da sala de bens da Comarca estar abarrotada de objetos apreendidos, inclusive armas, não deu cumprimento à determinação, mesmo tendo informado naqueles autos de Correição que houve o cumprimento integral das determinações que foram realizadas, o que se verifica que, de fato, não ocorreu.

**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**Bens Apreendidos**

Usuário: TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

**Pesquisar Bens**

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º Grau - Justiça Estadual: 1º GRAU - TJPA

Comarca: BENEVIDES

Varas e Juizados Estaduais: VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: Todas

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
<b>Nenhum Bem encontrado.</b>				

Sistema Nacional de Bens Apreendidos - Conselho Nacional de Justiça

## 15. CONCLUSÃO:

- A correição foi concluída no dia 27/08/2021, com reunião entre a Juíza Corregedora, a magistrada Edilene Soares e todos os servidores, conforme os termos que constam Ata de Encerramento, tendo sido elaborado o presente relatório, contendo as principais constatações sobre a Unidade.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*Reunião de Encerramento da Correição realizada no Salão do Tribunal do Júri*



*A Juíza Corregedora Ana Angélica Abdulmassih Olegário e a Exma. Sra. Dra. Edilene de Jesus Barros Soares com os servidores*



- Ao fim dos trabalhos de correição da Vara Criminal da Comarca de Benevides sugere-se à MM. Corregedora-Geral de Justiça que determine que sejam adotadas providências quanto à:

- **Item 2.1.4** – comunicação à Secretaria Geral de Gestão do início das atividades dos servidores Cássio Pinto de Lima e Pablo Felipe Alcântara Seabra, cedidos pela Prefeitura Municipal.

- **Item 2.1.3** – que a CGJ expeça ofício à Secretaria Geral de Gestão para análise de lotação de





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

pelo menos 01 (um) estagiário para a Secretaria da Vara Criminal de Benevides, já deferido no processo sigadoc 2019/31027.

- **Item 3.1** – que a CGJ expeça ofício à Secretaria de Informática para análise da possibilidade de disponibilização de 01 monitor para o Gabinete da magistrada e o conserto da multifuncional (chamado 210818142), que será de grande utilidade para a digitalização de processos.

- **Item 3.2** – expedição de ofício pela CGJ à Secretaria de Engenharia e Arquitetura para nova análise da reestruturação elétrica necessária na Secretaria e solicitada através do PAMEM 2021/31638 e expedição de ofício ao Departamento de Patrimônio e Serviços para análise da possibilidade de troca do ar condicionado da Secretaria, considerando que constatado pela equipe de Correição que o aparelho existente não supre a necessidade da sala, tendo sido registrada solicitação de troca através do sigadoc pamem 2021/31583.

- **Itens 4.1 e 5.11** – necessidade de que todos os servidores acessem o Painel de Gestão Judiciária para contínuo conhecimento dos índices de gestão da Unidade, especialmente dos processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria e Gabinete.

- **Item 4.3** – juntada de petições pendentes em Secretaria.

- **Item 4.5** – adoção de modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício para maior celeridade aos cumprimentos pela Secretaria, em observância aos provimentos n. 003/2009 e 011/2009 da CJRMB.

- **Item 4.6** – solicitação de senha individual para os servidores que ainda não possuem.

- **Item 4.20** – ajuste dos *agrupadores* do sistema PJE quanto às petições avulsas que constam como não lidas e que já foram lidas.

- **Item 4.26** – efetiva disponibilização do atendimento externo através do Balcão Virtual pela Unidade, em observância ao que determina a Resolução 372/2021/CNJ e Portaria 1724/2021-GP deste Tribunal.

- **Item 5.4** – cumprimento do §2º da Lei Estadual 6.750/2005 nos 65 (sessenta e cinco) processos com depósitos judiciais paralisados há mais de 3 anos, providência esta já





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

determinada na Correição do ano de 2019 e que não foi cumprida.

- **Item 5.11** – digitalização e migração dos 39 processos com recursos recebidos, sendo 11 de réus presos pendentes de remessa ao 2º grau.

- **Item 5.13** – providências para a cobrança dos 129 processos com carga externa.

- **Item 5.15** – diligências para cobrança e baixa de mandados pendentes.

- **Item 5.21** – identificar no sistema PJE todos os processos em que já foi recebida denúncia, contudo, não foi realizada a *“retificação da autuação”* do feito para Ação Penal.

- **Item 5.22** – providências para disponibilização de acesso ao sistema SIEL aos servidores da Secretaria, imprescindível para cumprimento do Provimento 15/2009-CJRMB.

- **Item 5.23** – Identificar se todos mandados atualmente cadastrados e ativos no BNMP estão de fato válidos no sistema Libra, para sanar eventuais incongruências.

- **Item 5.24** – ajuste de rotina em Secretaria/Gabinete para registro da data da prisão e soltura dos réus na aba *“lembrete”* do PJE, enquanto não disponibilizada ferramenta no PJE Criminal para tal função.

- **Item 5.34** – Remessa dos processos que se encontram em Secretaria identificados como “processos suspensos” e cujo código de lançamento no sistema Libra difere do código 25 para que seja ajustado através de despacho do magistrado e outros que demandem providência semelhante para ajuste de tramitação.

- **Item 6.1** – readequação da pauta de audiência, com objetivo diminuir o prazo hoje previsto de audiências para o ano de 2024.

- **Item 6.2** – priorização dos processos referentes à Violência Doméstica e Familiar não somente na designação de audiências preliminares.

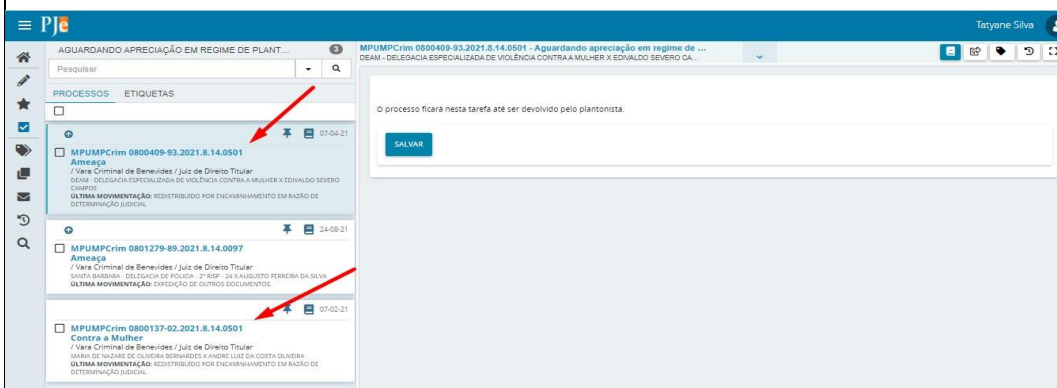
- **Item 10.3** – necessidade de que todos os servidores realizem curso do sistema PJE – modalidade criminal e que utilizem o aplicativo Teams.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- **Item 8** – observância e cumprimento de todas as recomendações dos processos verificados por amostragem em Correição.
- Identificação, verificação e controle de todas as cartas precatórias pendentes de cumprimento na unidade para o devido impulso.
- Identificação e verificação de todos os processos com carta precatória expedida, realizando controle efetivo e eficiente dos prazos de cumprimento.
- Realização de diligências quanto aos processos n. 0800409-93.2021.8.14.0501 e 0800137-02.2021.8.14.0501 que se encontram pendentes no sistema PJE, na tarefa “*aguardando apreciação em regime de plantão*”, no perfil da Vara Criminal de Benevides, respectivamente com as datas de 07/04/2021 e 07/02/2021.



- Sem prejuízo das sugestões acima apresentadas, ressalta-se a necessidade urgente de estabelecimento de um **PLANO DE AÇÃO para as atividades do Gabinete e Secretaria, a ser elaborado pela magistrada e pela Diretora de Secretaria**, o que já foi determinado no **Pedido de Providências PJECOR n. 0002628-37.2021.2.00.0814**, uma vez que a **Vara Criminal de Benevides** foi incluída no **Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais – PAP**, instituído pelo Provimento n. 05/2021-CGJ, em observância à **Diretriz Estratégica 1** emanada pelo Conselho Nacional de Justiça, por determinação da **Exma. Sra. Desa. Corregedora-Geral de Justiça, através da Portaria 074/2021-CGJ**.
- Conforme já mencionado nos autos do PP **0002628-37.2021.2.00.0814**, para elaboração do **PLANO DE AÇÃO**, pode ser solicitado suporte do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA -DPGE, com **prazo de cumprimento não superior a 90 dias** e participação de todos servidores da unidade (Gabinete/Secretaria), sugerindo-se à **Exma. Sra. Desa.**







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Corregedora, que sejam estabelecidos os seguintes objetivos:

01 - Identificação e impulso de todos os processos físicos e eletrônicos que se encontrem em Secretaria e Gabinete e que compõem as Metas 02 e 04 do Conselho Nacional de Justiça, a partir da listagem disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária.

02 - Identificação e análise de todos os processos julgados e não baixados, segundo a lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária, que no dia 25/08/2021 apontava a existência de 670 processos nesta situação, os quais devem ser analisados para constatação se já se encontram aptos a tal providência.

03 - Identificação e impulso aos processos paralisados há mais de 100 dias em Secretaria/ Gabinete, segundo lista disponível no Painel de Gestão Judiciária, os quais durante a Correição totalizavam cerca de 1.900 processos.

04 - Organização do acervo em Secretaria quanto aos processos de Metas, prioridades legais, etc, e implantação de cronograma de início/conclusão dos trabalhos de digitalização e migração de processos para o sistema PJE.

- Registra-se o agradecimento à magistrada Edilene de Jesus Barros Soares e a todos os servidores da Vara Criminal da Comarca de Benevides que contribuíram para os trabalhos através de esclarecimentos das atividades da unidade

**É o relatório que ora submete-se à superior deliberação da Exma. Sra. Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora-Geral de Justiça.**

Belém, PA, 27 de agosto de 2021.

**ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO**  
Juíza Corregedora da CGJ

**TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA**  
Secretária da Correição





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**16. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS AO RELATÓRIO:**

1. Fotos da Unidade
2. Relatório de processos com carga externa da Secretaria – Sistema Libra
3. Relatório de mandados pendentes de cumprimento há mais de 30/60 dias – sistema Libra
4. Relatório de bens apreendidos – Sistema Libra
5. Relatório de processos arquivados com apensos em outra situação
6. Relatório de processos envolvendo réus presos provisórios – Sistema Libra
7. Relatório de depósitos judiciais paralisados há mais de 03 anos.
8. Email do Serviço de Arrecadação Judicial do TJPA
9. Folder de orientação aos Oficiais de Justiça quando da devolução de mandados expedidos no sistema Libra, após a migração do feito ao sistema PJE.

